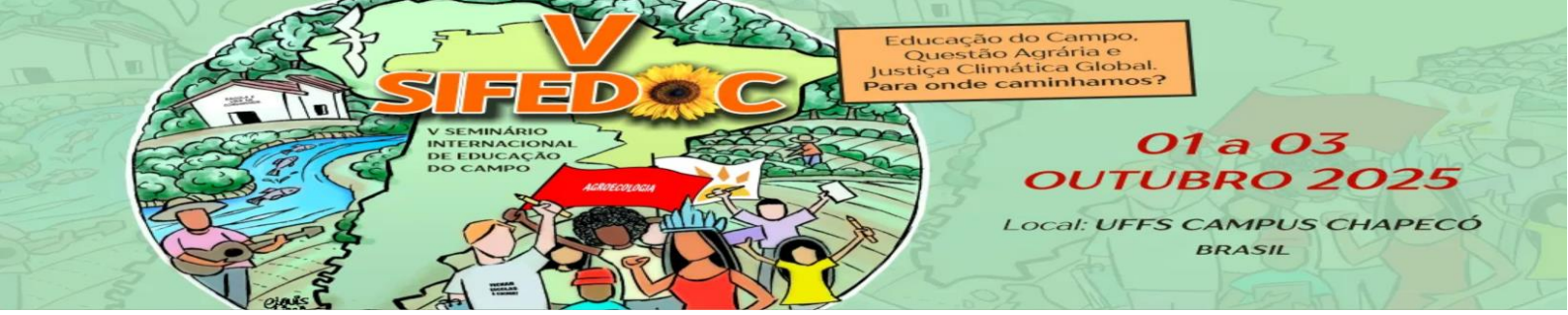



# AGRICULTURA FAMILIAR E IDENTIDADE QUILOMBOLA: SABERES TRADICIONAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE DE ALGODOAL, NO PARÁ

Igor Eduardo Chagas[1]

Layanne Ketellen Amaral Souza[2]

Raimunda Nazaré Rodrigues Macedo[3]

Wagner José do Nascimento Mendes[4]

Regiara Croelhas Modesto[5]

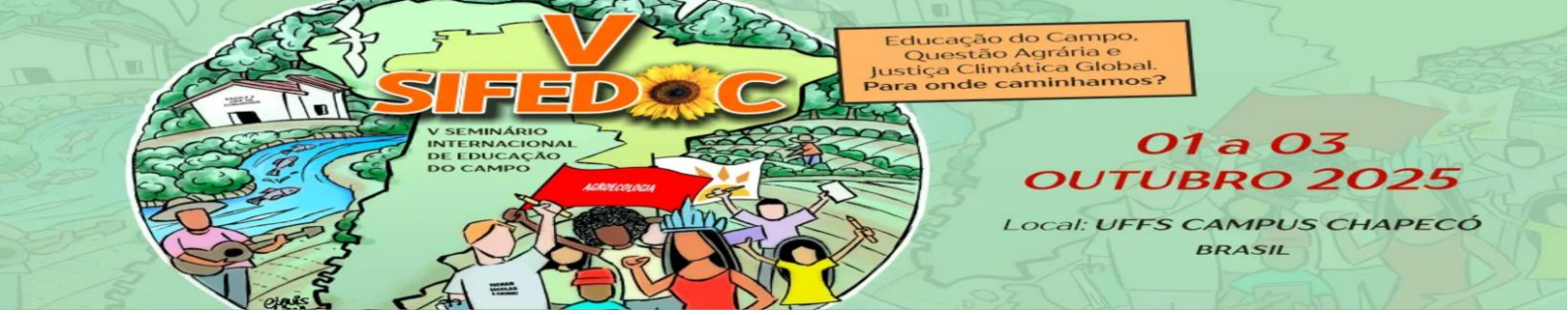
**Círculo de Saber:** Conhecimento, saberes e práticas educativas nos movimentos sociais e comunidades tradicionais

**Resumo**: Este estudo tem o objetivo de compreender como os sistemas agrícolas tradicionais e seus significados simbólicos contribuem para a memória social e os processos de pertencimento, fortalecendo práticas educativas contextualizadas. De abordagem qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com agricultores, pescadores e lideranças comunitárias, articulando memórias orais, práticas produtivas e manifestações culturais. Os resultados revelam que a agricultura familiar, a pesca artesanal e o extrativismo representam mais do que atividades econômicas: constituem práticas ancestrais que preservam vínculos identitários, reforçam a memória coletiva e expressam resistência frente às transformações impostas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento. O cultivo de mandioca e outras espécies, o respeito aos ciclos da natureza e a organização comunitária demonstram a centralidade desses saberes na sustentabilidade socioambiental do território. A inserção desses conhecimentos na Educação do Campo é apontada como fundamental para contextualizar o ensino, fortalecer o pertencimento e promover justiça histórica às comunidades quilombolas. Conclui-se que reconhecer e valorizar os sistemas agrícolas tradicionais no currículo escolar contribui para a preservação cultural, a defesa dos direitos territoriais e o desenvolvimento local, reafirmando o papel da educação como instrumento de transformação social.

**Palavras-chave:** saberes ancestrais; memória coletiva; sustentabilidade socioambiental; pesca artesanal; extrativismo.

## Introdução

[1] Pedagogo. Discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Instituto Federal de Educação do Pará – IFPA, *Campus* Castanhal (PARFOR/Equidade). E-mail: igorpedagogia720@gmail.com
[2] Pedagoga. Discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Instituto Federal de Educação do Pará – IFPA, *Campus* Castanhal (PARFOR/Equidade). E-mail: layannelk0@gmail.com
[3] Pedagoga. Discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Instituto Federal de Educação do Pará – IFPA, *Campus* Castanhal (PARFOR/Equidade). E-mail: raimacedo.jcmlima@gmail.com
[4] Licenciado em Geografia. Discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Instituto Federal de Educação do Pará – IFPA, *Campus* Castanhal (PARFOR/Equidade). E-mail: mendelmendes4@gmail.com
[5] Doutora em Agronomia. Professora do Instituto Federal de Educação do Pará – IFPA, *Campus* Castanhal. E-mail: regiara.modesto@ifpa.edu.br




Este trabalho é fruto de uma construção compartilhada entre o pesquisador-educando do curso de Licenciatura em Educação do Campo, que também é membro da Associação Remanescente Quilombola de Algodoal, em Curuçá, onde atua como Diretor Sociocultural, e outros quatro educandos do município. Embora os coautores não pertençam à referida comunidade, mantêm vínculos com a agricultura familiar ou atuam em escolas do campo.

A proposta surge a partir de inquietações relacionadas a abordagem da agricultura familiar nos livros didáticos utilizados na Educação do Campo, temática discutida durante a disciplina de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável, do

curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, *Campus* Castanhal ofertado pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR Equidade.

A crítica aos livros didáticos nas escolas do campo reside principalmente na falta de contextualização com a realidade local e na dificuldade de adaptação aos conhecimentos prévios dos alunos. Tal situação contraria as reflexões apresentadas por Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 12-13), ao enfatizarem que “a educação do campo nasce sobretudo de um outro olhar sobre o papel do campo em um projeto de desenvolvimento e sobre os diferentes sujeitos do campo”.

A Educação do Campo, nesse sentido, surge como um enfrentamento ao modelo hegemônico do agronegócio, reivindicando uma educação que seja no e do campo, contextualizada à sua realidade e às formas de vida dos sujeitos que nele vivem. Apesar dos avanços incontestáveis, ainda existem muitos desafios na Educação do campo para se desenvolver, e a preocupação com os direitos dos quilombolas, insere-se nesse contexto.

As comunidades remanescentes dos quilombolas são grupos étnicos, reconhecidas oficialmente segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, que tenha pertencimento e ancestralidade negra sinônimos de resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

A resistência destes grupos envolve a luta por uma educação capaz de promover a sua inclusão. Assim, tomamos como foco de reflexão, os encadeamentos

que possibilitaram a incorporação de princípios da educação do campo e a agricultura familiar praticada em uma comunidade quilombola no Pará.

Neste contexto, a justificativa deste estudo fundamenta-se na importância de reconhecer e valorizar os territórios quilombolas enquanto espaços vivos de resistência, produção e reprodução de saberes tradicionais, os quais devem ser inseridos nas práticas pedagógicas dos educandos do campo. Em um cenário de ameaças constantes ao modo de vida das comunidades negras rurais, compreender a centralidade da agricultura familiar na manutenção da identidade coletiva é também um exercício de justiça histórica e de fortalecimento das lutas por reconhecimento e direitos.

Assim, a agricultura familiar representa muito mais do que uma prática econômica em comunidades tradicionais, ela se configura como um elemento fundamental na preservação de modos de vida, saberes ancestrais e vínculos identitários (Silva et al., 2025). A educação do campo, nesse contexto, não é apenas a transmissão de conhecimentos técnicos, mas envolve a valorização da cultura local, a promoção do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da identidade da comunidade.

Assim, o objetivo geral deste estudo foi compreender como os sistemas agrícolas tradicionais, em seus significados simbólicos, contribuem para a construção da memória social e dos processos de pertencimento, fortalecendo práticas educativas contextualizadas no campo e princípios agroecológicos de sustentabilidade e valorização dos saberes locais.

Diante disso, foram necessários elaborar dois objetivos específicos capazes de contribuir com essa construção: i) identificar os sistemas agrícolas tradicionais e seus significados simbólicos; ii) compreender como essas práticas se articulam com a memória e os processos de pertencimento.

A abordagem metodológica adotada foi qualitativa, conforme Minayo (2013), que a define como voltada para o aprofundamento do universo dos significados, buscando compreender, em profundidade, sentidos, valores, crenças e vínculos que estruturam as relações sociais, sempre considerando o contexto em que os sujeitos vivem e constroem suas experiências. O percurso metodológico seguiu 4 (quatro) etapas:

1. Contato preliminar com a Associação para apresentação da proposta;
2. Pesquisa bibliográfica sobre Educação do Campo e a comunidade quilombola de Algodoal;
3. Entrevistas com três moradores (agricultores e pescadores artesanais), incluindo uma das pessoas mais velhas da comunidade;
4. Apresentação dos resultados, incluindo a manifestação cultural da farinhada, à turma de Licenciatura em Educação do Campo (Parfor Equidade).

O estudo foi realizado na comunidade Remanescente Quilombola de Algodoal, situada na Ilha de Fora, situada no município de Curuçá, região intermediária e imediata de Castanhal.

As entrevistas seguiram roteiro semiestruturado, contemplando homens e mulheres do campo e lideranças comunitárias. As narrativas orais foram conduzidas com respeito aos modos de expressão locais, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Uso e Cedência da Voz (UCV). Participaram quatro pessoas: uma liderança local, um agricultor familiar, um pescador artesanal e uma professora aposentada, todos quilombolas.

As falas desses participantes foram selecionadas por representarem diferentes gerações e perspectivas sobre a história, a fundação, a cultura e os modos de vida no Quilombo de Algodoal, constituindo uma representação plural das memórias e identidades locais.

**Memórias da terra e identidades em movimento**

A comunidade Quilombola de Algodoal vive seu cotidiano dividido entre o trabalho e as histórias contadas por seus moradores. Assim, a origem do lugar é apresentada na narrativa de dona Ivana Maria, presidente da Associação Remanescente Quilombola.

> *"A Comunidade Quilombola de Algodoal, em Curuçá, tem suas raízes fincadas na luta e resistência de negros e negras que fugiram das fazendas escravistas durante o período colonial, vindos da Ilha de Marajó, aproximadamente em 1901, e que se refugiaram em áreas de difícil acesso nos campos e igarapés da região. Esses ancestrais refugiados formaram pequenos agrupamentos que, com o passar dos anos, consolidaram-se como comunidades tradicionais de matriz africana. O nome da comunidade se deu*

*pelo grande número de plantação de algodão, uma das principais culturas da época" (*Ivana Maria Alves dos Reis).

As palavras da senhora Benedita, professora aposentada e moradora da comunidade, também relembram os aspectos do começo do lugar:

> "*Quando eu cheguei em Algodoal era tudo pra li, meu filho. Aqui onde é essa minha casa, era uma roça, plantio de maniva, justamente da Santa, da mãe dos meninos ali. Era caminho de roça, o mato lambando a perna da gente. Quando era cinco horas da tarde a gente já tava colocando querosene na lata. Ia escurecendo a gente já ia acendendo uma no quarto, na varanda, outra cozinha, porque não tinha energia. Era o poço que ia para o Arapiranga, eu tinha quatro potes numa Cantareira que era de beber e enchia daqui do poço grande, pra lavar roupa, pra tomar banho, quando não, ia tomar banho lá"* (Benedita Alves dos Reis).

Algodoal se consolidou como um território de resistência e identidade cultural, preservando ao longo do tempo uma forte relação com a terra, os rios e os saberes tradicionais. A agricultura familiar, a pesca artesanal, o extrativismo do mangue, o artesanato com cipós e palhas, os festejos religiosos e culturais (como o carimbó, as ladainhas, folguedos populares) e a medicina tradicional com o uso de ervas são marcas presente da ancestralidade. Neste contexto, seu Euzebio, relembra sobre os instrumentos musicais de Algodoal.

> *"Aos 13 anos sempre ouviu do mais velhos as histórias sobre Algodoal, seu Rock contava que ele era músico e seu instrumento era folha de cipó mutar, tinha um casarão onde morava com seus 9 (nove) irmãos, aonde eles chegaram e iniciaram suas atividades com a plantação de algodão e café e que até hoje possui alguns pontos frequentados pela comunidade como o pau-do-urubu e o poço grande"* (Euzebio Santos).

Um dos símbolos de resistência é a Associação Remanescente Quilombola de Algodoal, foi fundada em 18 de maio de 2012 pelos moradores do Quilombo, formalizada como entidade jurídica de direito privado com fins não econômicos, que tem por objetivo promover e incentivar o desenvolvimento comunitário, proporcionar condições de vida as famílias na sua área de jurisdição, realizar a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para os fomentos agrícolas, de pesca, regularização fundiária plena e efetivação das atividades agrícolas e pesqueiras.
Atualmente, residem na comunidade 33 famílias, e a associação é constituída por 50 sócios. A associação tem desempenhado papel fundamental na organização social, na luta por políticas públicas e na preservação dos saberes e fazeres tradicionais, e

embora a comunidade esteja estabelecida desde 1901, foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, conforme Portaria FCP nº 137, de 3 de junho de 2025.

O reconhecimento da comunidade possibilita o acesso a diferentes políticas públicas, que incluem o acesso ao crédito rural nas linhas do Pronaf A e A/C e ao Programa Nacional de Habitação Rural. Para tanto, é necessário o acesso ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) mediante ao cumprimento dos critérios definidos em legislação própria, que incluem o tamanho da área, mão de obra familiar, renda de no mínimo 50% proveniente de atividades agropecuárias, desenvolvidas na UFPA, e que a gestão da unidade seja realizada pela família.

Porém, mais do que cumprir critérios legais, os sistemas agrícolas tradicionais da Comunidade Quilombola de Algodoal simbolizam saberes ancestrais que passam de geração em geração, baseados na observação da natureza e no respeito aos ciclos da terra. Ou seja, o cultivo da terra vai muito além da produção de alimentos, cada prática, cada roçado aberto, cada ida ao curral, cada “cofo”[6] de caranguejo, cada planta semeada carrega lembranças de antepassados, histórias de luta, estilos de vida e ensinamentos que fortalecem os laços com o território.

Essas práticas incluem o uso de sementes nativas, o plantio de alimentos como mandioca, milho e feijão, a observação dos ciclos da lua e das marés, além do manejo do solo com técnicas que respeitam o equilíbrio ambiental, mais que garantir a alimentação, esses saberes refletem uma relação profunda com a terra, com as marés, com o território, marcada por uma espiritualidade, resistência e pertencimento.

Em relação a agricultura, a principal cultura cultivada no local é a mandioca (*Manihot esculenta*). O cultivo da mandioca segue métodos tradicionais, com o uso de ferramentas manuais e sem uso de agrotóxicos. O trabalho é feito em regime familiar, envolvendo homens, mulheres e, muitas vezes, os filhos. As principais variedades cultivadas no local são: pacuí, sé, torrão, aruaque e a bacuri que apresentam características diferentes como, por exemplo, a cor.

Os autores Nascimento & Rufino (2023), relatam os ensinamentos de Antônio Bispo dos Santos, na obra “A terra dar, a terra quer”:

[6] cesto artesanal tradicionalmente utilizado por comunidades ribeirinhas, especialmente na Região Norte do Brasil, como no Pará. Ele é feito com palha de palmeiras nativas, é usado principalmente para armazenar e transportar caranguejo e camarão.

> Tomando a roça de quilombo como horizonte educativo, Bispo nos diz sobre tomar lição com os ciclos das águas, com o trânsito das estações, com as relações trançadas na diferença que muitas vezes faz com que nem tudo que se ajunte, se misture ou aquilo que se misture, se ajunte (Nascimento & Rufino, 2023, p. 325).

Na Comunidade Quilombola de Algodoal, a agricultura é parte de um modo de vida coletivo e autônomo, no qual se interligam memória, trabalho, cuidado com a natureza e afirmação de identidade. Além da agricultura, a pesca artesanal e o extrativismo também representam pilares fundamentais do autoconsumo e da identidade cultural das famílias da comunidade.

Entre as principais atividades está o extrativismo do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), realizado nos manguezais que cercam a comunidade. Em harmonia com os ritmos das marés e os períodos de defeso, o extrativismo respeita os ciclos naturais, contribuindo para a continuidade da preservação ambiental. As práticas envolvem o uso de instrumentos artesanais, a manipulação responsável dos materiais e o domínio do percurso entre os manguezais. Esse conjunto de saberes expressa uma forma própria de conhecimento do ambiente onde moram, que une sustento, proteção da natureza e valorização da identidade cultural da comunidade.

Figura 1. Curralistas da Comunidade Quilombola de Algodoal realizando a manutenção do curral de pesca



Fonte: foto cedida por Rodolfo Nepomuceno, morador da comunidade.

Além dessas, a pesca de curral é uma das atividades pesqueiras de grande representatividade no local. Os currais de pesca, são armadilhas fixas construídas artesanalmente e representam uma das mais emblemáticas expressões do saber pesqueiro amazônico (Figura 2).

Figura 2. Curralistas da Comunidade Quilombola de Algodoal realizando a manutenção do curral de pesca.

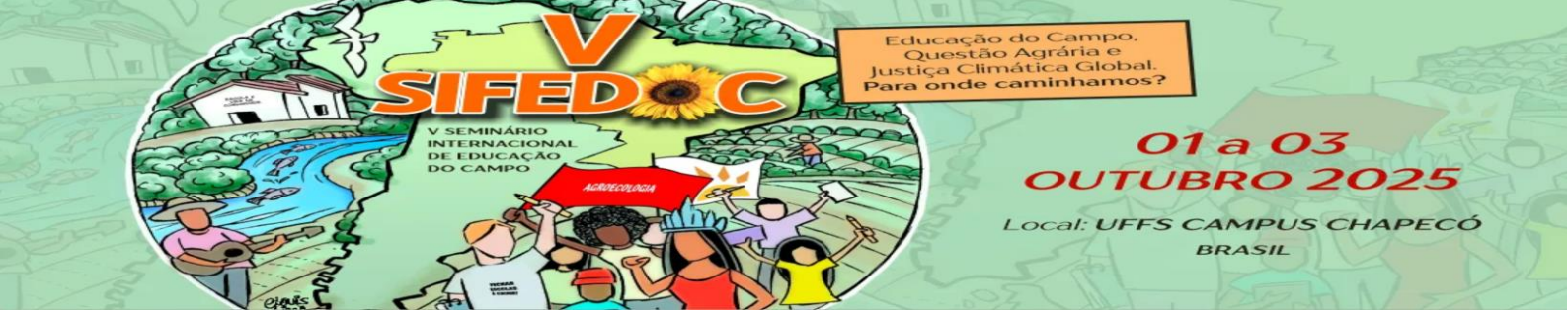


Fonte: foto cedida por Eusébio Santos, morador da comunidade.

Segundo Farias *et al*. (2021), os currais de pesca se destacam não apenas pela importância econômica que representam para diversas comunidades do litoral paraense, mas também pela intrínseca relação que estabelecem com as condições ecológicas locais e com o calendário natural, como é o caso das marés e fases lunares que influenciam decisivamente a eficiência das capturas.

Dentre as espécies capturadas na comunidade e em toda a região de Curuçá, destacam-se: a tainha (*Mugil brasiliensis*), a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) e o bagre (*Arius spp*). Tanto a pesca quanto o extrativismo são praticados de forma familiar e artesanal, com a produção destinada ao autoconsumo e a comercialização.

A agricultura familiar, em Algodoal, é mais que uma atividade econômica, é expressão de resistência, cultura, memória, movimento, identidade e autonomia e que necessita ser reconhecida, valorizada e incorporada como eixo formativo fundamental na Educação do Campo, fortalecendo as relações entre o saber tradicional e os processos educativos escolares.




**Conclusão**

A pesquisa evidenciou que, na Comunidade Remanescente Quilombola de Algodoal, a agricultura familiar, a pesca artesanal e o extrativismo, constituem muito mais do que atividades produtivas: são expressões vivas de identidade, memória e resistência. Esses sistemas agrícolas tradicionais preservam práticas ancestrais, respeitam os ciclos naturais e fortalecem os vínculos comunitários, sendo essenciais para a manutenção da cultura e para a construção de um futuro sustentável.

Ao integrar esses saberes à Educação do Campo, rompe-se com a lógica hegemônica que desconsidera o território como espaço pedagógico e reconhece-se o valor do conhecimento produzido pelas próprias comunidades. Nesse sentido, a valorização dos sistemas produtivos e culturais quilombolas não é apenas uma estratégia de desenvolvimento local, mas um ato político de afirmação de direitos e de combate às desigualdades históricas.

O reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares, em 2025, representa um marco para o fortalecimento das lutas por direitos territoriais e acesso a políticas públicas, contudo, mais do que assegurar benefícios legais, este reconhecimento reafirma a legitimidade histórica de um povo que resiste e se reconstrói por meio de suas práticas culturais e produtivas.

Portanto, fortalecer a articulação entre educação, agricultura familiar e identidade quilombola significa garantir que a escola do campo cumpra seu papel de formar sujeitos críticos, conscientes de sua história e protagonistas na defesa de seus territórios. A experiência de Algodoal demonstra que, quando a educação dialoga com a vida real das comunidades, ela se torna instrumento de transformação social e de preservação dos saberes que sustentam gerações.

**Referências bibliográficas**

AMÉRICO, M. C.; DIAS, L. M. F (2019). Conhecimentos tradicionais quilombolas: reflexões críticas em defesa da vida coletiva. **Cadernos Cenpec**, v.9, n.1, p.153-174, 2019. Doi: 10.18676/cadernoscenpec.v9i1.453

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Apresentação. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**.

Petrópolis: Vozes, 2004. p. 07-18.

BRASIL. Decreto nº 4887, 20/11/2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF. **Diário Oficial da União**, 2003, 21 nov. 2003, p. 4.

BRASIL. Presidência da República, Ministério da Cultura. Portaria FCP nº 137, de 3 de junho de 2025, certifica que a comunidade, a seguir identificada, se autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme Declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo nº 01420.100585/2024-64 Brasília, DF. **Diário Oficial da União**, seção 1, ed. 118, pág. 64, 26 jun. 2025.

FARIAS, J. B. Q.; CORDEIRO, C. A. M.; SILVA, E. M. da; ARAÚJO, L. C.; MAIA, B. P. de S.; MESQUITA, D. C. de; HOLANDA, F. C. A. F. **Pesca com armadilhas fixas (currais de pesca) em um estuário no Litoral Amazônico Brasileiro.** *In*: Engenharia de Pesca: aspectos teóricos e práticos. p. 228-251. 2021.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

NASCIMENTO, F. do N.; RUFINO, L. “O fundamento é a roça” Antônio Bispo dos Santos (1959-2023). **Anãnsi: Revista de Filosofia**, v. 4, n. 2, Salvador, 2023. Disponível em: https://revistas.uneb.br/anansi/article/download/19430/13027/61613. Acesso em: 12 ago. 2025.

SILVA, E. S. Da; MARTINS, R. R., VIEIRA, K. M. de A.; OLIVEIRA, A. M. De; MORAIS, B. T. De; NÓBREGA, Z. R. C.; Filgueira, E. da S. Agricultura familiar em comunidades quilombolas do Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Informação em Cultura**, v. 7, 2025. Doi: https://doi.org/10.21708/issn2674-6549.v7e14039.2025